

Gabriel Cota da Silva¹, Vitória Helen Silva Dantas², Jessiely Silva de Lima³, Maria Jaice Leandro de Oliveira⁴ e Claudevânio da Silva⁵

Professor(a) Orientador(a): Ana Caroline Melo dos Santos⁶

Resumo:

O presente trabalho teve como objetivo analisar a prevalência dos agravos transmissíveis relatados entre a população privada de liberdade do sistema carcerário alagoano durante o primeiro semestre de 2021 e o primeiro semestre de 2022. Foram analisados os dados secundários através dos relatórios emitidos pelo Sistema de Informação do Departamento Penitenciário Nacional (SISDEPEN). Embora o número de casos registrados tenha diminuído durante os dois períodos comparados, os agravos transmissíveis na população privada de liberdade ainda estão estabelecidos como um problema de saúde pública, inclusive, devido ao aumento do número de pessoas privadas de liberdade. Portanto, foi constatado que os agravos transmissíveis presentes no ambiente carcerário alagoano ainda são um problema de saúde pública, sendo os quatro tipos principais de agravos o HIV, sífilis, tuberculose e hepatite.

Palavras-chave: Saúde prisional; Infecções; Epidemiologia.

Introdução:

O aumento do nível de encarceramento bem como questões referentes à desigualdade social pressionam as instituições sobre a importância da criação de políticas públicas voltadas especialmente para melhorar as conjunções de saúde do ambiente carcerário. Dentre as questões de saúde prisional, os agravos transmissíveis ganham espaço por representarem um importante desafio de controle dos casos, logo, nota-se a imprescindibilidade de estudar sobre a prevalência dos casos de agravos transmissíveis para ajudar a fundamentar o norteamento do planejamento estratégico das possíveis medidas de controle (CARVALHO et al., 2017).

De acordo com Oliveira et al. (2022), há uma necessidade de atentar-se para a importância do aconselhamento e educação em saúde como possíveis estratégias para prevenir, diagnosticar, tratar e controlar os agravos à saúde presentes no ambiente carcerário. Outrossim, antes de realizar essas estratégias, os autores

¹ Discente de fisioterapia, Faculdade Regional da Bahia (UNIRB) – Arapiraca, ribeirogabriel26@gmail.com.

² Discente de biomedicina, Faculdade Regional da Bahia (UNIRB) – Arapiraca, biomedicadantas@gmail.com.

³ Discente de biomedicina, Faculdade Regional da Bahia (UNIRB) – Arapiraca, jessiely_limaa@hotmail.com.

⁴ Discente de fisioterapia, Faculdade Regional da Bahia (UNIRB) – Arapiraca, m996294536@gmail.com.

⁵ Discente de Química na Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL) – Arapiraca, claudevann99@gmail.com.

⁶ Especialista em Genética e Genômica (SBEGG), Docente da Faculdade Regional da Bahia (UNIRB) – Arapiraca, anamelo.arapiraca@unirb.edu.br.

chamaram atenção para importância de realizar estudos dentro daquela penitenciária que se deseja atuar para entender mais sobre as especificidades da população e, assim, fundamentar as intervenções de forma mais bem orientada e assertiva, por isso, faz-se necessário estudar e se aprofundar sobre a temática

Segundo Miranda, Vargas e Viana (2004), uma grande parcela das pessoas privadas de liberdade adentraram na criminalidade já na adolescência. Tais jovens advinham, principalmente, de estratos sociais mais pobres e com baixíssimo nível educacional. Entre as mulheres, Cortina (2015) descreveu que uma das principais razões do envolvimento feminino no crime é devido aos problemas de ingressar formalmente no mercado de trabalho, desta forma, a pobreza também foi um fator que contribuiu fortemente para a iniciação feminina na criminalidade.

Outrossim, os autores chamam atenção para a violência dentro do ambiente carcerário que traz um sentimento de insegurança, com isso podendo prejudicar a atuação dos profissionais da área da saúde além do número do baixo número de profissionais diante do elevado número de pessoas privadas de liberdade, tal cenário pode representar um desafio para o combate aos agravos de saúde presentes no sistema carcerário alagoano (MIRANDA; VARGAS; VIANA, 2004).

Sendo assim, o objetivo do presente trabalho é analisar a prevalência dos agravos transmissíveis relatados entre a população privada de liberdade do sistema carcerário alagoano durante o primeiro semestre de 2021 e o primeiro semestre de 2022.

Metodologia:

Trata-se de um estudo descritivo documental, analisando os dados secundários sobre a prevalência dos agravos transmissíveis entre as pessoas privadas de liberdade do sistema penitenciário alagoano, através dos relatórios emitidos pelo Sistema de Informação do Departamento Penitenciário Nacional (SISDEPEN), que é uma plataforma e estatísticas do sistema penitenciário brasileiro responsável por sintetizar as informações sobre os estabelecimentos penais e a população carcerária, foram utilizados os dados do primeiro semestre de 2021 e do primeiro semestre de 2022.

Por consistir de um estudo com dados secundários, disponibilizados de forma pública e agrupados, não requereu aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), como descrito nas resoluções 196/96 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde.

Resultados e Discussão:

Entre janeiro e junho de 2021, haviam 10.522 pessoas privadas de liberdade no sistema penitenciário alagoano, sendo 95,1% do sexo masculino e 4,9% do sexo feminino. Já entre janeiro e junho de 2022, haviam 11.401 pessoas custodiadas no sistema penitenciário alagoano, sendo 94,6% do sexo masculino e 5,4% do sexo feminino. Desta forma, pode-se afirmar que entre os períodos analisados ocorreu um aumento de 8,35% da população do sistema penitenciário alagoano.

No primeiro semestre de 2021, foram relatados 133 casos de agravos transmissíveis em ambos os sexos, sendo 86,5% do sexo masculino e 13,5% do feminino. Entre o sexo masculino, a sífilis (44,4%) foi o mais prevalente, seguida pelo HIV (29,6%), tuberculose (20,9%) e hepatite (5,1%). Já entre o sexo feminino, dois tipos de agravos transmissíveis foram relatados, sendo a sífilis preponderantemente o mais prevalente representando 75% dos casos e em seguida o HIV com 25%. Já considerando conjuntamente os dados de ambos os sexos, a sífilis fica em primeiro lugar com 47,5% dos casos, seguido pelo HIV (30%), tuberculose (18%) e hepatite (4,5%).

Por outro lado, durante o primeiro semestre de 2022, o número de casos diminuiu para 114, representando uma queda de 14,3%. O número de casos entre o sexo masculino representou 75,4% dos casos, já o número de casos entre o sexo feminino representou 24,6%. Entre o sexo masculino, o HIV (48,8%) foi o agravo transmissível mais prevalente, em seguida tuberculose (25,6%), sífilis (19,8%) e hepatite (5,8%). Por outro lado, entre o sexo feminino, a sífilis (75%) foi o mais prevalente, depois HIV (21,43%), tuberculose (3,57%). Já considerando os dados de ambos os sexos, o HIV aparece em primeiro lugar com 42,1% dos casos, seguido pela sífilis (33,3%), tuberculose (20,2%) e hepatite (4,4%).

Embora o número de casos registrados tenha diminuído durante os dois períodos comparados, os agravos transmissíveis na população privada de liberdade

ainda estão estabelecidos como um problema de saúde pública, inclusive, devido ao aumento do número de pessoas privadas de liberdade. Ademais, todos os tipos de agravos transmissíveis relatados merecem discussões e promoção de abordagens educativas, mas faz-se necessário enfatizar principalmente sobre a sífilis entre as pessoas do sexo feminino, pois ela permaneceu estável como responsável por 3 em cada 4 casos de agravos transmissíveis, somando-se ao fato do número de indivíduos do sexo feminino privados de liberdade ter aumentado durante o primeiro semestre de 2022 em comparação ao primeiro semestre de 2021, logo, há um potencial risco para o aumento de casos que já é elevado.

Por outro lado, o HIV no primeiro semestre de 2022 ultrapassou a sífilis que estava estabelecida como o agravo transmissível mais prevalente no primeiro semestre de 2021. De acordo com o contexto geral, faz-se necessário traçar estratégias para diminuir o número de casos, principalmente levando em consideração que durante o período mais recente analisado quase metade dos indivíduos com algum tipo de agravo transmissível era pelo HIV.

Outrossim, embora o número de indivíduos privados de liberdade do sistema carcerário alagoano do sexo feminino seja preponderantemente menor quando comparado ao dos indivíduos do sexo masculino, no primeiro semestre de 2022 este número aumentou 0,5%, revelando um potencial de ascensão da população carcerária do sexo feminino, que por ser menor corre o risco de ser subestimada. Logo, sendo um fator que pode corroborar para o crescimento do número de casos de agravos transmissíveis, é preciso olhar para o número menor de indivíduos do sexo feminino privados de liberdade como um facilitador para a logística das estratégias de intervenções que serão definidas para o controle dos casos de agravos transmissíveis e não como uma forma de priorizar os indivíduos do sexo masculino devido ao maior número de indivíduos.

Aliás, a porcentagem dos casos de agravos transmissíveis entre o sexo feminino, em relação aos casos entre o sexo masculino, também aumentou e passou de 13,5% no primeiro semestre de 2021 para 24,6% durante o primeiro semestre de 2022, representando uma preocupação e demonstrando a necessidade de atentar-se também para tais dados.

Conclusões:

Portanto, foi constatado que os agravos transmissíveis presentes no ambiente carcerário alagoano ainda são um problema de saúde pública. Ademais, foram relatados quatro tipos de agravos, sendo eles: HIV, sífilis, tuberculose e hepatite, sendo os dois primeiros os mais prevalentes quando analisados os dados dos dois períodos tanto levando em consideração os dados de ambos os sexos quanto de cada sexo individualmente, exceto no primeiro semestre de 2022, quando analisado os dados do sexo masculino, é a única vez em que o segundo agravo transmissível é a tuberculose, e não a sífilis ou o HIV que nos outros cenários sempre apareceram como os mais prevalentes.

Referências

CARVALHO, Nathália Gomes Oliveira et al. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional: Uma análise sobre a evolução normativa. **Cadernos Ibero-Americanos de Direito Sanitário**, v. 6, n. 4, p. 112-129, 2017.

CORTINA, Monica Ovinski de Camargo. Mulheres e tráfico de drogas: aprisionamento e criminologia feminista. **Revista Estudos Feministas**, v. 23, p. 761-778, 2015.

OLIVEIRA, Josias Alves de et al. Conhecimentos, atitudes e práticas relacionadas às infecções sexualmente transmissíveis de homens em situação prisional. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 75, 2022.